
História, cultura e patrimônio: educação para o reconhecimento da diversidade cultural

*History, culture and heritage:
education for the cultural diversity acknowledgement*

*Márcia Solange Volkmer**
*Miriam Raquel Krauser***

Resumo: Inserido em um projeto de ocupação do território e desenvolvimento da agricultura no Brasil, o Vale do Taquari, na Região Central do Rio Grande do Sul, foi ocupado por imigrantes que cruzaram o Atlântico no século XIX. Esse movimento caracterizou um processo que fez surgir, na região, uma concepção histórica que não reconhece a presença de outros grupos sociais como igualmente formadores da sociedade local. O Município de Teutônia, por exemplo, tem um passado de colonização que hoje é rememorado em distintos símbolos, e este estudo pretende mapear o processo de construção dessa memória. Pontua-se a necessidade de conhecer os processos de patrimonialização para o posterior reconhecimento da diversidade cultural da região.

Palavras-chave: Imigração. Cultura. Patrimônio.

Abstract: Inserted on a project for the territory's occupation and agricultural development in Brazil, the Taquari's Valley, at the Central Region of the State of Rio Grande do Sul, was occupied by immigrants that crossed the Atlantic Ocean at the 19th century. This movement characterized a process which gave rise in the region to an historical conception that doesn't recognize the presence of another social groups as equally formers of the local society. Teutônia's past of colonization is currently remembered in distinct symbols, and this research tries to map the process of the construction of that memory. The necessity of knowing the heritage processes for the posterior acknowledgement of the region's cultural diversity is highlighted.

Keywords: Immigration. Culture. Heritage.

* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora no Centro Universitário Univates. *E-mail:* marciavolkmer@gmail.com

** Licenciada em História pela Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (Univates). *E-mail:* miriamkrauser@yahoo.com.br

¹ Museu Henrique Uebel. Documentos Diversos. Contrato de venda de uma colônia de terra da Sociedade Schilling, De la Rue, Rech, Wilhem, Kopp, 1870.

Introdução

O Brasil é um país culturalmente diverso que reconheceu positivamente a sua diversidade em um passado histórico bastante recente. A segunda metade do século XIX foi marcada, no País, por planos e ações estatais que pretendiam consolidar um projeto de nação. Questões centrais como a intervenção do Estado na sociedade, a sua matriz econômica e a constituição de uma identidade nacional pautaram as discussões do período. Um projeto de nação, orientado ao progresso, estava na mente das elites brasileiras. Para tanto, um novo sistema político e econômico deveria ser pensado e instituído.

Nesse processo, a questão do progresso econômico, recorrentemente, foi associada à questão populacional e ao desenvolvimento da agricultura, às quais a imigração europeia teria papel central. Coube às elites intelectual e política estabelecer as diretrizes e os incentivos para tal corrente que acabou por atrair milhares de europeus às terras ditas “desertas” na América do Sul. Para esses “pensadores da Nação”, a mudança econômica estava, necessariamente, atrelada a mudanças políticas e sociais, fatores dependentes da ocupação e legitimação do território.

Nesse sentido, “en el cuadro de la formación nacional hay un territorio a ocupar y un Estado en construcción, pero la población disponible no se ajusta a los modelos identitários vigentes en los centros hegemónicos”. (SILVA, 2004, p. 7). Diante da inadequação da população mestiça e da escrava para constituir as bases da Nação, as elites construiriam uma imagem do ideal de imigrante e do ideal de imigração. Nessa construção, seria o trabalho do imigrante europeu que possibilitaria a ocupação e exploração agrícola de áreas ainda não aproveitadas economicamente, ou então, seria a mão de obra que, em breve, substituiria aquela ocupada pela escravidão. Ao mesmo tempo, seriam esses imigrantes a força propulsora do progresso e da civilização, uma vez que trariam os hábitos de trabalho e civilidade europeus.

Nesse contexto, quando políticos e intelectuais se dedicavam a pensar o Estado e a Nação brasileiros em busca de civilidade, lei e ordem, o imigrante de cor branca e dedicado ao trabalho agrícola ganharia centralidade no projeto de imigração. Não muito distinto daquilo que era propagado por Sarmiento e Alberdi na Argentina, entendia-se que o papel do Estado era o de civilizar e que, na falta dele, encontrava-se a barbárie. Nesse sentido, os *sertões brasileiros* seriam desbravados. No Rio

Grande do Sul, havia igualmente várias áreas ditas de “deserto populacional”, uma vez que a presença e a economia indígenas não interessavam aos projetos da Nação que se formava.

Essa concepção, que torna positiva a presença maciça dos imigrantes brancos no País, e o processo de miscigenação como a possibilidade de alterar “a cara” do Brasil, estaria presente ainda nas décadas de 40 e 50 (séc. XX), quando a historiografia chegou a caracterizar a existência de uma “democracia racial” no Brasil. Constitui-se uma visão de integração total das distintas etnias, com o apagamento das presenças negra e indígena e a veiculação de um discurso de não existência de preconceito.

Quando os primeiros esforços de constituição do nosso patrimônio cultural são mobilizados na década de 30, prevalece a demarcação dos bens materiais associados a esse grupo branco e economicamente bem-posicionado. A diversidade cultural brasileira só passa a ser assegurada, efetivamente, com a Constituição de 1988 (CF/88), que, em seu art. 215, estabelece: “§ 1.º – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” A partir desse momento, novas políticas culturais são definidas e novos grupos sociais ganham visibilidade nos campos histórico-cultural e patrimonial.

Como esse processo é bastante recente no País, ainda carecemos de referenciais que, efetivamente, permitam o reconhecimento da história, da cultura e da identidade das distintas etnias na configuração sociocultural brasileira. Essa invisibilização de alguns grupos é ainda mais acentuada em regiões nas quais a participação do elemento colonizador branco foi numericamente hegemônica, como nas colônias de imigração do Sul do País. O Vale do Taquari, situado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, constituído hoje por 36 municípios, passa a ter as suas terras ocupadas por imigrantes europeus a partir do século XIX. Depois da doação das primeiras fazendas, algumas companhias de colonização iniciam o processo de venda de lotes de terras a partir da década de 1850, quando se intensifica a chegada de imigrantes vindos de distintos lugares.

Dentre esse grupo de imigrantes, destacam-se aqueles saídos de várias regiões germânicas, que se estabelecem no Sul do Brasil e aqui constituem sua família e vida. Junto com esses imigrantes ditos *alemães* chegariam italianos, franceses, portugueses, espanhóis, suíços e africanos que passam a conviver com os povos indígenas – sobretudo com os

guaranis e kaingang – já estabelecidos na região. Nesse contexto social constituído pelas interações dos diversos grupos, predominam, no entanto, os elementos de uma identidade germânica. As cidades da região, hoje, reivindicam uma identidade associada diretamente a um único grupo – o dos imigrantes alemães. Estamos falando, portanto, de uma região que é culturalmente diversa, mas que não reconhece essa diversidade. Nos campos histórico e patrimonial, aceitam a contribuição do grupo de imigrantes europeus, ficando totalmente esquecidas a cultura indígena e a africana. Nesse sentido, entendemos como fundamental o estudo dos processos de construção dessas percepções, histórica e politicamente situadas, para uma posterior abordagem da diversidade cultural.

A criação de uma região germanizada

O Município de Teutônia servirá de parâmetro para entendermos o processo de construção de um referente identitário que vincula o Vale do Taquari ao elemento germânico, em detrimento dos outros grupos sociais. A Colônia Teutônia seria constituída a partir de 1858, atraindo imigrantes que buscavam um lote de terra e melhores condições de vida para suas famílias. Nesse processo, constitui-se uma herança cultural reconhecida na cidade nos dias atuais, e que tem na arquitetura um forte elemento de identificação. A utilização da técnica construtiva do *enxaimel* pelos primeiros colonizadores, ainda presente em algumas edificações, seria ressignificada a partir da década de 1980, originando um estilo de arquitetura bastante característico do município, conferindo-lhe uma identidade germanizada.

Os imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul inserem-se em um processo de ocupação das terras sulinas que tinha o propósito de promover o desenvolvimento da agricultura e também a ocupação das fronteiras. A colonização de Teutônia integra esse contexto quando, a partir de meados do século XIX, uma série de colônias é criada pelo governo provincial, ou então, pelas companhias colonizadoras particulares. Quando os lotes de terra passam a ser comercializados no Vale do Taquari, alguns imigrantes que já estavam localizados na Colônia de São Leopoldo migraram para a Colônia Teutônia. A partir da década de 1870, destaca-se a chegada de um novo grupo de imigrantes, mais numeroso, proveniente da região da Vestfália, o qual se constituiria em um grupo com dialeto e costumes distintos. (GERARDTH, 2004).

Os imigrantes alemães tinham que produzir gêneros alimentícios e criar animais, pois que esses serviam para alimentar a sua família. Mais tarde, quando já estabelecidos, e havendo grande produção, havia a possibilidade de vender os produtos, gerando, assim, lucros para pagar o lote de terra comprado. O pagamento da terra convertia-se em grande preocupação, devendo ser paga no tempo estipulado pelo contrato de venda, que também exigia que o comprador do lote cumprisse com uma série de obrigações. Já no primeiro ano (contando da data que fora assinado o contrato), os imigrantes deveriam abrir um caminho e preservá-lo sempre aberto, com largura de, no mínimo, 40 palmos, por toda a extensão da dita colônia. Se o comprador deixasse de fazer, a Companhia Colonizadora mandaria fazer o caminho, mas à custa do comprador.¹

A exigência estabelecida em contrato determinava que o comprador do lote teria que habitar a colônia comprada no prazo de dois anos. No caso de isso não acontecer, o comprador perderia todos os seus direitos, não somente sobre a terra como em relação às benfeitorias construídas. O pagamento da terra, pelo menos alguma parcela, deveria ser feito no prazo de três meses, cobrando-se juros de 8% sobre o atraso. As despesas com a escrituração da terra seriam pagas pelo comprador. Não eram raras as vezes em que a demarcação dos lotes vendidos aos imigrantes acabava por gerar conflitos pela terra. Por isso, já no contrato, estava bastante claro que se houvesse dúvidas a respeito das divisas, essas seriam decididas por um agrimensor habilitado perante a sociedade, e os custos seriam pagos pelas partes que apresentassem as referidas dúvidas. Todas essas cláusulas contidas no contrato de compra dos lotes estavam amparadas nas leis que regulamentavam o processo de colonização no Rio Grande do Sul, desde 1854.

A Colônia Teutônia progrediu gradativamente e, em 1868, aconteceu um novo grande impulso com a chegada dos vestfalianos de Osnabruck. Lang (1995) destaca que os colonos vestfalianos constituíram os grupos mais importantes da colonização porque ocuparam, sobretudo, a área centro-norte da colônia e vieram em maior número. Com a chegada dos primeiros imigrantes vestfalianos, surgiram casas com uma nova técnica construtiva: residências inspiradas nas construções do país de origem. Essas habitações, em estilo *ensaimel*, eram construídas com uma técnica específica: uma estrutura de madeiras encaixadas com vãos preenchidos com tijolos ou taipa, podendo ou não ficar aparente na fachada. Essas casas, bastante representadas no Município de Teutônia, podem ser consideradas legítimas representantes desse estilo.

Ainda que se percebam algumas variações formais que talvez sejam consequência de influências externas ou da própria dinâmica do processo de adaptação, é em Teutônia que encontramos os melhores exemplares daquilo que se poderia chamar de variante westfaliana do enxaimel no Rio Grande do Sul. (WEIMER, 2005, p. 152).

Sobre as origens da técnica *enxaimel*, Weimer (2005) destaca que ela surgiu na Idade Média, derivada de outra técnica chamada *blocause* (construção das paredes com troncos roliços, de diâmetros semelhantes e levemente falquejados), a qual era utilizada quando havia madeira em abundância. A partir de 1700, a técnica do *enxaimel* já havia se difundido por toda a Europa Central, sendo que a produção de madeira não conseguia mais atender à demanda. Nesse sentido, altera-se a técnica construtiva, substituindo alguns elementos de madeira pela pedra. Essas transformações da técnica ocorreram de forma gradual, surgindo, assim, construções mistas. Segundo Weimer (2005), a tradução literal de *Fachwerkbau* seria “construção em prateleiras”, na qual as paredes eram estruturadas por tramos de madeiras emparelhados, com peças nas horizontais e nas verticais, estando esses tramos inclinados. Os tramos são encaixados e preenchidos com taipa, tijolos, pedras e adobe. Utilizando-se dessa técnica, os primeiros colonizadores de Teutônia construíram suas casas.

Não se trata de um simples prolongamento de uma técnica usual, posto que já deixaram virtualmente de ser empregadas. Foi a memória coletiva que fez renascer e desenvolver um modelo de produção ultrapassado. O enxaimel foi simplificado na medida das necessidades, dentro das condicionantes que os modos de produção estabeleciam. Foi no Baú da memória que foi encontrada uma forma eficiente de produção que entrava em harmonia com as condições materiais de vida. (WEIMER, 2005, p. 412).

A partir das definições da técnica e de suas origens, considerando as condições de vida dos primeiros imigrantes que chegaram ao Vale do Taquari, considera-se central o entendimento de que as adaptações foram realizadas de acordo com a disponibilidade do material para as construções. Da mesma forma, os recursos disponíveis à compra e o não oferecimento de alguns materiais no mercado local fizeram com que os imigrantes adaptassem a técnica às condições existentes. Desse

movimento, resultou uma série de edificações, presentes na cidade ainda hoje e que permitem o estudo desse passado de imigração e dos sentidos atribuídos a ele pela população.

Com o passar dos anos, a técnica deixou de ser utilizada, surgindo, então, construções estilizadas do *enxaimel* no Município de Teutônia – numa tentativa de manutenção dos vínculos com a memória da imigração. Houve um processo de construção de uma identidade a partir da afirmação dos aspectos culturais vinculados à história da imigração no município. Podemos considerar esse movimento como uma tentativa de se autoafirmar como uma cidade germanizada, diferenciando-se dos demais municípios. Através da arquitetura, caracteriza-se o local, referenciando a cultura trazida pelos colonizadores. Nesse sentido, Teutônia rememora as suas origens e, através desses elementos arquitetônicos que são dotados de simbolismo e de representação, mantém viva a memória imigrante, criando, através desse processo, uma identidade local.

O Município de Teutônia foi emancipado em 24 de maio de 1981, quando teve início um novo processo de construção de uma identidade, agora municipal. Inseridos nessa construção, estão a escolha do nome e dos principais símbolos da cidade, que fazem referência direta aos imigrantes e à cultura germânica. Essa memória imigrante que foi resgatada é dotada de sentido e representações, gradativamente, através da construção de símbolos, de residências estilizadas e da preservação das residências em estilo *enxaimel*.

O que se percebe, portanto, é que, quando o município se constitui – últimas décadas do século XX – pos em movimento um processo de reconhecimento das suas origens germânicas, resgatando símbolos e elementos do contexto vivido no século anterior, quando os primeiros colonizadores chegavam à região. Esses elementos vinculados à identidade que se pretende criar ganham materialidade em distintos espaços. Além da arquitetura do Centro Administrativo, a Bandeira e o Brasão fazem referência explícita aos elementos da colonização germânica. Na caracterização do Brasão, encontram-se duas datas: 1858, fazendo referência ao início da colonização na região e a criação da Colônia Teutônia, e 1981, data da criação do Brasão e marca da emancipação política. No desenho, encontra-se também a imagem de uma casa em estilo *enxaimel*, entendida como sendo a herança patrimonial dos primeiros colonizadores.

Através do Brasão do município e da escolha dos seus símbolos, percebe-se a centralidade da herança cultural na representação dos elementos que identificam a cidade. Aliados aos aspectos ambientais – o trabalho agrícola e o industrial –, é a cultura germânica que ganha centralidade. Os símbolos instituídos passam a rememorar as tradições, o dialeto e o folclore dos colonizadores, e as residências em estilo *enxaimel*, construídas pelos vestfalianos quando chegaram na região, dão materialidade a esses elementos. Nesse sentido, o município se constitui a partir da sua herança cultural, vinculada ao processo de colonização do Sul do Brasil que aconteceu a partir de meados do século XIX.

Após a construção do Centro Administrativo e de diversos prédios estilizados do enxaimel (no final do século XX), aparecem, gradativamente, outras residências nesse estilo, como a construção de hotéis, residências e prédios comerciais. Todos os prédios que são repartições públicas e se encontram no Centro Administrativo foram construídos com essa técnica. Entre esses podemos destacar a Delegacia de Polícia, o Museu Henrique Uebel, o Tabelionato e os Registros Públicos, as secretarias da Prefeitura Municipal, o Sínodo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (ICLB), entre outros.

Além das construções públicas estilizadas houve a preocupação em inserir símbolos nos quatro ângulos ao redor da Prefeitura, que homenageassem os primeiros colonizadores: o relógio das flores (simbolizando a pontualidade dos imigrantes, também fazendo referência ao gosto por jardins em suas residências); o Museu Henrique Uebel (que abriga em seu acervo peças referentes à colonização no município); o lago (com o formato geográfico do município, apresenta, em seu centro, um casal de bonecos esculpidos, que retratam um casal de colonos alemães); o sapato de pau (símbolo dos imigrantes vestfalianos); a réplica de um engenho de cana-de-açúcar e poço (no qual os imigrantes fabricavam o açúcar e do qual a água era retirada, respectivamente). Hoje, no pórtico de entrada do município, encontramos ainda dois bonecos que ilustram um casal de imigrantes, esse representado nas roupas típicas dos germânicos e nos instrumentos de trabalho.

Dessas acepções, podemos ressaltar que tais elementos representativos da história local são portadores de simbologia, que fazem renascer, na comunidade, um sentimento de pertencimento à cultura germânica, que fazem reviver essa memória imigrante, que foi reforçada com as construções estilizadas do *enxaimel*, que deram materialidade às

características de uma identidade pretendida. Considera-se que as casas dos primeiros colonizadores e de seus descendentes se perpetuam no tempo, bem como os vestígios desse passado europeu e das características culturais da região da Vestfália. Evidenciamos a importância dessa arquitetura para o Município de Teutônia, como elemento de afirmação de uma identidade local. Essas construções, consideradas patrimônio cultural da cidade, permitem que a memória dos imigrantes se perpetue até os nossos dias, possuindo um valor simbólico representativo, que é capaz de gerar um sentimento de pertencimento à cultura germânica. (KRAUSER, 2015).

Candau (2012) salienta que a memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Nesse aspecto, podemos explicar as construções em estilo *enxaimel* em Teutônia, que foram modeladas para dar referência à colonização alemã e que, ao mesmo tempo, provocam o efeito de uma identificação étnica.

Se identidade, memória e patrimônio são três palavras chaves da consciência contemporânea – podemos, aliás reduzir a duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória – e a memória podemos afirmar, que vem a fortalecer a identidade, tanto no nível individual, como no coletivo: assim, restitui a memória desaparecida de umas pessoas e restitui sua identidade. (CANDAU, 2012, p.16).

Nesse viés, podemos considerar que memória, o patrimônio e a identidade fazem parte de um conjunto que se nutre reciprocamente, na estrutura de um grupo que tenta representar ou organizar sua própria identidade, através de seus patrimônios culturais (existentes ou construídos), evocados através da memória na tentativa de se autorrepresentar. Candau (2012, p. 44) destaca que “as sociedades caracterizadas por um forte conhecimento recíproco entre seus membros, são, portanto, mais propícias à constituição de uma memória coletiva”. Essa memória faz renascer representações e símbolos que caracterizam a cidade.

Esse processo, no entanto, é permeado de escolhas e exclusões. A cultura é dinâmica e, por isso, podemos entender o patrimônio cultural como um processo construído, que vai alterando seu sentido com o passar do tempo e que tem a função unificadora da comunidade na qual está inserida. No movimento analisado em Teutônia, configuram-se

escolhas que priorizam somente o elemento germânico em detrimento dos outros grupos sociais que igualmente constituíram a sociedade local.

A partir desses fragmentos de passado e presente, gerados e relacionados através do imaginário, constroem-se metáforas dos espaços urbanos. A imagem se torna referência chave da cidade, através de suas praças, edificações instrucionais e monumentos históricos por exemplo. Ela se torna retrato do imaginário, através de códigos que permitem a valorização, avaliações e compreensão do espaço urbano. Enquanto símbolo, a cidade também se organiza através de narrativas – ela é o espaço e instrumento para a circulação de um discurso da cidade, organizado por diferentes expressões, entre elas o próprio patrimônio. (SILVA; MELO, 2014, p. 759).

Nesse sentido, considera-se como fundamentais novas pesquisas e outros estudos desses processos de configuração do patrimônio cultural, para que se possa entender que ele não é único, singular e imutável. Ao converter-se em representação da comunidade que o herdou, ou criou, o patrimônio será sempre uma escolha política. (KNAUSS, 2014).

A questão da identidade cultural é uma construção dos sujeitos que se dá através dos processos sociais. Se fosse inata a identidade cultural não precisava ser evocada, evidenciada e resgatada. A luta pela afirmação identitária emerge sempre que há alguma dúvida ou incerteza. Esse esforço por evidenciar determinada identidade cultural pode ser percebido em diferentes tempos e lugares, à medida que as pessoas buscam pelos referenciais históricos, que sustentam o discurso que pretendem afirmar. (NICOLINI, 2014, p. 93).

Afirma-se, portanto, um discurso que prioriza a importância da presença do elemento colonizar branco-europeu em detrimento de outros grupos sociais. Nesse cenário, conhecer os processos que constituíram essa identidade será o primeiro passo para o reconhecimento e a valorização da diversidade que constitui a sociedade brasileira.

Patrimônio e diversidade cultural

No Brasil, durante muito tempo, “somente os testemunhos vinculados à experiência vitoriosa da etnia branca, da religião católica e

do Estado conduzido pela elite política e econômica, foram considerados dignos de conservação”. (ROSAS MANTECÓN, 1998, p. 4). Nesse sentido, a pesquisa histórica privilegiava o estudo desses temas. Esse processo se altera a partir da década de 1980, quando a legislação, acompanhada pela redemocratização e afirmação dos movimentos sociais, legitima o espaço dos grupos até então excluídos. Na região do Vale do Taquari, no entanto, esse movimento de reconhecimento dos direitos culturais ainda não aconteceu.

Propostas como essas questionam o discurso e as práticas eurocêntricas, homogeneizadoras e monoculturais dos processos sociais e educativos e colocam no cenário público questões referidas à construção de relações étnico-raciais nos contextos latino-americanos. Desvelam o racismo e as práticas discriminatórias que perpassam o cotidiano das nossas sociedades e instituições educativas e promovem o reconhecimento e valorização das diferenças culturais, componentes fundamentais para a promoção de uma educação intercultural. (CANDAUI; RUSSO, 2010, p. 160).

Não é uma simples volta metodológica ao passado, mas, sobretudo, uma tentativa de reconsiderar, numa perspectiva crítica, as condições históricas dos diferentes grupos étnicos na constituição da sociedade nacional, marcada por inequívocas desigualdades. (ZARTH, 2015). Essas mesmas desigualdades estão presentes nos cenários cultural e histórico da cidade de Teutônia, e a inclusão cultural dos grupos menos privilegiados será representativa também para a aceitação social desses grupos. Reconhecendo que “a construção de um passado legítimo passa por mecanismos de institucionalização que formalizam a interação entre as políticas de memória e os grupos sociais” (FERREIRA, 2012, p. 14), procura-se romper com estereótipos estabelecidos.

Las políticas patrimoniales no tienen por tarea rescatar solo los objetos considerados “auténticos” de una sociedad, sino aquellos que son culturalmente representativos, porque encarnan y simbolizan ciertos modos de concebir y vivir el mundo y la vida propios de ciertos grupos sociales. Y que tal tarea debe involucrar a todos los sectores sociales, incluyendo a aquellos postergados usualmente por los usos hegemónicos de la cultura. (GARCÍA CANCLINI, 1993, p. 134).

Nesse sentido, o estudo desses elementos permitirá a constituição de um saber vinculado ao patrimônio cultural, contribuindo para a formação identitária da região ao incluir, no campo social, os grupos até então excluídos, como os indígenas que vivem nas periferias da cidade e os remanescentes de quilombos, que igualmente ocupam espaços marginais nessa sociedade. Ao visibilizar a contribuição desses grupos e ao estudar os distintos movimentos migratórios, apresenta-se uma cultura dinâmica e plural e o entendimento do seu processo formativo. A educação multicultural pretende, justamente, “a quebra de preconceitos contra aqueles percebidos como ‘diferentes’, de modo que se formem futuras gerações nos valores de respeito e apreciação à pluralidade cultural, e de desafio a discursos preconceituosos que constroem as diferenças”. (CANEN; OLIVEIRA, 2002, p. 63).

Realizar essas conexões significa olhar criticamente para percepções e ideias relativas a conhecimento, educação, formação docente e outras categorias, analisando as presenças e ausências nesses discursos, entendendo-os como intimamente ligados a dinâmicas sociais, culturais e históricas, que passam a ser objeto de discussão. (CANEN; OLIVEIRA, 2002, p. 64).

Tais categorias presentes nas práticas interculturais estão relacionadas ao fato de que, em sua concepção original, a expressão designa “a coexistência de formas ou grupos culturais presentes na sociedade”. No caso do Brasil, como destaca Kretzmann (2007), a luta multicultural está enraizada no processo histórico de formação de um país que possui em sua formação processos de conquista e colonização, seguidos de uma política de apropriação forçada e de eliminação da identidade das comunidades tradicionais. Em linhas gerais, a construção democrática e a afirmação dos direitos humanos estão diretamente relacionadas ao diálogo intercultural. O estudo dos processos de criação identitária, portanto, devem fazer parte do currículo escolar.

Um documento da UNESCO, a “Declaração sobre raça e sobre preconceitos raciais”, de 1978, foi um dos primeiros textos a propor os conceitos fundantes da educação intercultural. A Declaração afirma que “todos os povos e todos os grupos humanos, qualquer que seja a sua composição ou a sua origem étnica, contribuem conforme sua

própria índole para o progresso das civilizações e das culturas, que, na sua pluralidade e em virtude de sua interpretação, constituem o patrimônio comum da humanidade”. (FLEURI, 2001, p. 51).

Com a promulgação da Lei 11.645, de 10 de março de 2008, alteram-se as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e o tema *diversidade cultural* chega às salas de aula, estabelecendo:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

A temática *diversidade cultural* já tinha sido evidenciada nos Parâmetros Curriculares Nacionais que, no ano de 2015, ganhou nova centralidade no texto da Base Nacional Comum Curricular. A mesma propõe como princípio para a área de História “identificar, problematizar e emitir opiniões sobre as causas da exclusão social de migrantes de diferentes procedências, povos indígenas e afro-brasileiros, no tempo presente”.

Hoje, portanto, se reconhece a diversidade cultural que nos constitui. No entanto, na prática educativa, ainda temos um longo percurso para efetivar as propostas de reconhecimento dessa diversidade. Vivemos em uma sociedade ainda preconceituosa, e, “para a promoção de uma educação intercultural é necessário penetrar no universo de preconceitos e discriminações que impregna – muitas vezes com caráter difuso, fluido e sutil – todas as relações sociais que configuram os contextos em que vivemos”. (CANDAUI, 2008, p. 53).

Em vez de preservar uma tradição monocultural, a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças. É essa, a nosso ver, a questão hoje posta. A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença, e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar. (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 161).

As questões interculturais podem assumir variadas perspectivas e múltiplos olhares pedagógicos e epistemológicos. Parte-se da premissa do reconhecimento de distintos grupos e da sua efetiva interação. Há o reconhecimento da intencionalidade dos sujeitos envolvidos no processo histórico e, no campo educativo, há interesse também na promoção de novas relações. Entende-se que a sociedade não é homogênea, que a cultura é um processo dinâmico, e que as identidades individuais e coletivas devem ser compreendidas em suas múltiplas manifestações históricas ou contemporâneas.

Fleuri (2003) destaca a importância da compreensão do processo histórico de formação nacional. Para ele, o Brasil é historicamente uma sociedade multiétnica, tendo em sua base uma imensa diversidade de culturas. Ao reconhecermos nossa diversidade étnica, passamos a ter clareza acerca dos fatores constitutivos de nossas identidades sociais, compreendendo que esses não se caracterizam por uma estabilidade e fixidez naturais. Assim, “as identidades culturais – aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, nacionais – sofrem contínuos deslocamentos ou descontinuidades”. (FLEURI, 2003, p. 24).

Nessa perspectiva, concordamos com Candau (2008, p. 51) que propõe “um multiculturalismo aberto e interativo, que acentua a interculturalidade, por considerá-la a mais adequada para a construção de sociedades, democráticas e inclusivas, que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade”. Para a autora, “as relações culturais não são relações idílicas; estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e pela discriminação de determinados grupos”.

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade. (CANDA, 2008, p. 52).

Nesse cenário, destaca-se o importante papel do educador nos debates interculturais em educação. Almeja-se a construção de uma educação escolar diante dos desafios da sociedade contemporânea, em uma proposta de educação para a alteridade. (FLEURI, 2003, p. 43). Para tanto, o professor pode, ao estudar os processos de construção de identidades e definição de símbolos municipais (a exemplo da germanidade pretendida em Teutônia), promover uma educação intercultural.

Considerações finais

O Município de Teutônia teve as suas origens ligadas à imigração alemã, identidade que tenta preservar ainda hoje. No processo de evolução arquitetônica no município, há o objetivo claro de manter presentes os elementos que caracterizam o estilo enxaimel. Quando da construção do Centro Administrativo, entre os anos de 1983 e 1986, teve início um período de construção de prédios em *enxaimel* estilizado. Outro aspecto destacado foi a utilização dos símbolos municipais, que fazem clara referência aos imigrantes germânicos, materializando uma identidade étnica local.

O que se pode constatar foi que, quando da emancipação política do município, em 1981, foram criados elementos simbólicos que vinculam a cidade ao seu passado de imigração. As escolhas do nome, do Brasão e dos Símbolos fazem referência ao passado dos imigrantes que passam a caracterizar a cidade a partir de então. Nas manifestações da arquitetura, surgem as construções estilizadas, sendo o *enxaimel* resgatado nos prédios públicos e residenciais, ao museu, nos hotéis, no Tabelionato, nas salas comerciais e até mesmo nas igrejas.

As construções dessa memória e do patrimônio cultural a ela vinculado produzem um sentimento de pertencimento às origens germânicas e invisibilizam a presença de outros elementos culturais. O desafio é que se passe, a partir do estudo desse processo, a entender o município em sua complexidade e em seu dinamismo cultural. Se tomamos o patrimônio como uma elaboração de significados, logo o mesmo pode ser interpretado (Poulot, 2009). Conhecendo o seu processo de afirmação, abrem-se possibilidades para a inserção de novos agentes sociais no contexto vivido. “A consequência disso é reconhecer que o patrimônio cultural não se define como dado, mas como construção social e histórica e que se oferece à interpretação histórica”. (KNAUSS, 2014, p. 16).

Pontuando-se a diversidade cultural e promovendo a produção de novos sentidos patrimoniais, permite-se uma abordagem dos processos culturais. Ao reconhecermos que as políticas de memória e preservação do patrimônio cultural acabam produzindo uma imagem para o passado, pretende-se alterar a percepção de que determinados grupos sociais não tiveram participação importante na constituição identitária da cidade de Teutônia. “Dentro desse contexto, qualquer patrimônio é entendido como uma escolha política e não como um dado natural, objetivo e incontestável”. (CARVALHO; FUNARI, 2010, p. 10). Desnaturalizando a ideia de que somente os imigrantes europeus deixaram marcas na cultura local, pretende-se contribuir para a afirmação das demais identidades étnicas desse espaço social.

Nesse sentido, ao estudar a história e considerar o patrimônio cultural da cidade, pretende-se dar visibilidade às distintas culturas, rompendo com um discurso histórico tradicional que se materializou em determinados bens culturais. De acordo com Sandra Pelegrini (2006, p. 503), “quando falamos em bens culturais, não estamos lidando apenas com objetos, saberes ou celebrações, mas também com as formas do homem se conectar ao lugar onde vive no tempo presente”.

Há distintos referenciais presentes em memórias individuais e coletivas, e essas memórias precisam ser reconhecidas como integrantes do processo histórico da cidade. Não são todos os moradores da cidade que se identificam com a arquitetura em estilo *enxaimel* (vinculada aos imigrantes westfalianos), presente em muitos espaços do entorno urbano-rural. Por outro lado, essa é a única referência cultural que é reconhecida na cidade. No campo dos bens imateriais, da mesma forma, só

conhecemos as festas e celebrações do grupo *germânico*. Ao vincularmos os bens materiais e imateriais à cultura, daremos primazia às relações sociais que se estabelecem nos distintos espaços dessa cidade, reconhecendo a memória dos diferentes grupos formadores dessa sociedade.

Referências

- BALLER, Gisele Inês. *Espaço de memória e construção de identidades: estudo de dois casos na Região de Colonização Alemã no RS*. 2008. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Org. do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).
- CANCLINI, Néstor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: CRIADO, Aguilar. *Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio*. Andalucía: Cuadernos Etnología, 1999. p. 16-33.
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 45-57, jan./abr. 2008.
- CANDAU, Vera Maria; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.
- CANEN, Ana; OLIVEIRA, Ângela M. A. de. Multiculturalismo e currículo em ação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, set./out./nov./dez. 2002.
- CAMPOS, Carlos. *O histórico do processo emancipacionista do Município de Teutônia*. 2010. Monografia (Graduação em História) – Univates, Lajeado, 2010.
- CARVALHO, Aline V.; FUNARI, Pedro P. Memória e patrimônio: diversidade e identidades. *Revista Memória em Rede*, v. 2, p. 7-16, 2010.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. *Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado*. *Historiarie*, Rio Grande: Ed. da FURG, v. 3, 2012.
- FLEURI, Reinaldo M. Desafios à educação intercultural no Brasil. *Educação, Sociedade e Cultura*, n. 16, p. 45-62, 2001.
- FLEURI, R. M. Intercultura e educação. *Revista Grifos*, n. 15, p. 16-47, maio 2003.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política*

- federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC; Iphan, 2005.
- GEHRARDT, Ruben. *Colonização de Teutônia e Corvo*: imigração alemã no Sul do Brasil. Lajeado: Ed. da Univates, 2004.
- GILSON, Jacinta Milanez. *A invenção da cidade germânica*: tradição memória e identidade na arquitetura contemporânea de Forquetinha SC. 2013. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2013.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. São Paulo: DP&A, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista das Tribunas, 1990.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KNAUSS, Paulo. Usos do passado e patrimônio cultural. In: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN Rosane M. (Org.). *Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras*: história, memória e preservação. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- KRAUZER, Miriam. *Patrimônio, cultura e imigração*: caracterização da arquitetura do Município de Teutônia. 2015. Monografia (Graduação) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.
- KRETZMANN, Carolina Giordani. *Multiculturalismo e diversidade cultural*: comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) – UCS, Caxias do Sul, 2007.
- LANG, Guido. *Colônia Teutônia*: história e crônica: 1898-1908. Novo Hamburgo: Sinodal, 1995.
- LORENZET, Deloíze; CARPENEDO, Vera Danair. Multiculturalismo, intercultural e as políticas afirmativas. In: ANPED SUL: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012. Disponível em: <http://www.fpl.edu.br/enade2015/pdfs/novo_texto_multiculturalismo.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.
- MACHADO. Maria Beatriz Pinheiro. Narrativas do patrimônio arquitetônico e ensino de história. *Historiae*, Rio Grande: Editora da FURG, v. 3, 2012.
- MANTECÓN, Ana Rosas. El patrimonio cultural: estúdios contemporáneos. *Alteridade*, México, n. 16, 1998.
- MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 156-168, 2003.
- NICOLINI, Cristiano. Manifestações culturais e identidades germânicas no Vale do Taquari: os grupos de danças folclóricas de Estrela e o Festival do chucrute. In: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN, Rosana M. (Org.). *Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras*: história memória e preservação. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- PELEGRINI, Sandra, A. C. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 26, n. 51, jan./jun. 2006.
- PELEGRINI, Sandra, A. C. Os bens intangíveis e as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: histórias, narrativas e memórias. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 3., 2007, Campinas. *Anais...* Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/c h a a / e h a / a t a s / 2 0 0 7 / PELEGRINI,%20Sandra%20C.%20A.pdf>>.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

- REINHEIMER, Dalva; NEUMAN, Rosana Marcia. *Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história memória e preservação*. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- SACAVINO, Susana. Interculturalidade e educação: desafios para a reinvenção da escola. In: ENDIPE – ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., 2012, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp, 2012.
- SCHNACK, Andrea Cristina. *Patrimônio arquitetônico de Estrela, RS: diagnóstico para preservação*. 2012. Dissertação (Mestrado) – UFSM, Santa Maria, 2012.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: BORIS, Fausto (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999.
- SILVA, Ligia Osório. Las tierras públicas en la construcción del Estado: una perspectiva comparada. In: CONGRESO NACIONAL DE HISTORIA ECONOMICA, 2., 2004, México. *Anais...* México: Ciudad Universitaria, 2004.
- SILVA, Manuela Ilha; MELO, Luís Fernando da Silva. Patrimônio cultural: conceito, sentido e lugar. In: KLUG. Marlise Buchweitz (Org.). *Anais do... : lugares de memória [recurso eletrônico] / 8*. Seminário Internacional de Memória e Patrimônio: o Pelotas: Ed. da UFPel, 2014.
- STUART, Hall. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: Moreira, 2006.
- SZEKUT, Addressa. OLIVEIRA, Jorge Ermítes de. Memória e identidade em um espaço de migrantes: fronteiras em Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. In: KLUG. Marlise Buchweitz. (Org.). *Anais do... : lugares de memória [recurso eletrônico] / 8*. Seminário Internacional de Memória e Patrimônio: o Pelotas: Ed. da UFPel, 2014.
- ULLMAN, Reynhold Aloysio. *Antropologia, o homem e a cultura*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1991.
- VEIGA, Maurício Biscaia. *A arquitetura neo-entxaimel em Santa Catarina: a tradição de uma invenção Estética*. 2013. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo, 2013.
- WEIMER, Gunter. *Arquitetura popular da imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.
- WEIMER, Gunter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Raízes, 2005.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva de estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ZARTH, Paulo Afonso. O retorno das etnias no ensino de História: do *melting pot* ao multiculturalismo na imprensa de Ijuí. In: BARROSO, Vera (Org.). *Ensino de história: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST; ANPUH-RS, 2010. p. 117-133.